

DIREITO A CIDADE: UNIÃO TRÊS LAGOENSE POR MORADIA POPULAR E A CONQUISTA DO JARDIM DAS PRIMAVERAS.¹

BOCATO, Lucas Alexandre de Moura²
BOCATO, Marcos Alexandre³

RESUMO

Três Lagoas tornou-se a capital mundial da celulose e os problemas socioambientais já existentes acentuaram-se, ao passo em que novas circunstâncias sociais e econômicas surgiram, e estes levaram a população de baixa renda a buscarem alternativas para cobrar o poder público para construção e melhor distribuição das moradias de cunho social para o município. As Metodologias pautaram na revisão de literatura pertinente (MARX, 2008; RODRIGUES, 1988; LEFEBVRE, 1991; CORRÊA, 1993; ARANHA-SILVA, 2010; SPOSITO, 1994; ROLNIK, 2009; MARICATO, 1979, ROLNIK, 2004); visitas as reuniões da UTMP com intuito de observar a realidade dos membros desta entidade, visita a área conquistada por esta entidade social. Com esta demanda social em meados de agosto de 2008 trabalhadores vítimas desta inflação dos valores imobiliários, se mobilizaram e iniciaram a “Ocupação das Primaveras” e áreas pertencentes à União (extinta RFFSA) foram ocupadas com a finalidade de cobrar o poder público para que busque alternativas para solucionar o avanço imprudente da especulação imobiliária no município, e assim surgiu a UTMP – União Três Lagoense por Moradia Popular. Os resultados preliminares apontam que o poder público está empenhado em defender o interesse do capital imobiliário. Observou-se também a própria segregação social que estes moradores sofrem por participarem da ocupação, como em muitas vezes sofrem boicotes em decisões de conselhos e conferências municipais.

Palavras chave: moradia, movimento sociais, três lagoas-ms, união três lagoense por moradia popular, ocupação.

A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA COMO ESTOPIM PARA OCUPAÇÃO:

Em consonância ao crescimento econômico implantado no município, e uma falta de preparo do poder público a demanda populacional que se elevam com este processo, os valores das mercadorias básicas (combustível, alimento, lazer) sofreram reajustes acima da perspectiva de mercado, ocasionada pela popular regra de mercado a lei da oferta e da procura.

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com

¹ O presente trabalho faz parte de um projeto de pesquisa em andamento sobre moradias populares e é um recorte histórico dentre as lutas por moradias populares existentes no município, com foco na ocupação ocorrida em meados de 2008 onde mais de 400 famílias ocuparam as áreas pertencentes à extinta RFFSA, com objetivo de pressionar o poder público em todas as esferas governamentais para um emergente plano de habitação popular.

² Graduando em Geografia – Licenciatura UFMS/CPTL, voluntário dentro deste movimento, e esteve presente na ocupação das Primaveras. – lucas.3lms@hotmail.com

³ Coordenador Estadual da CMP (Central dos Movimentos Populares) em MS, Coordenador Municipal da UTMP (União Três Lagoense por Moradia Popular)

melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem frequentemente de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. A cidade não suporta apenas o lugar, o suporte ou o chão para esta reprodução social. (MARICATO et al. 2013, p.23)

A construção da cidade é determinante também das relações entre os agentes produtores deste espaço, estes atrelados ao Estado fez com que famílias fossem despejadas por este mecanismo altamente perverso a estes cidadãos que tinham por média de salário em torno de 700 reais (conforme fig.01) e viram seus alugueis serem reajustados a patamares altamente impagáveis neste contexto.

Alem dos custos de alugueis, parcelas, e demais previstos no orçamento do trabalhador, existe ainda os custos dos impostos referentes à moradia, assim o assalariado precisa pagar estas taxas e suas alíquotas são baseadas no valor venal do imóvel, forçando por vezes o trabalhador buscar outros locais para morar devido a estes reajustes.

Todavia o processo de produção e (re) produção das demais cidades do país se em quadra no perfil de segregação brasileira, pois em quando a área central é acrescida de toda a infraestrutura necessária para o uso e consumo do espaço, eleva-se o valor de uso do solo urbano acima da media, perdendo o seu valor de uso e atuando como valor de troca, excluindo a população com menor poder aquisitivo desta região, obrigando os mesmos a se deslocarem para a periferia desassistida da cidade. (SANTOS, T R; GOMES, T N; FRANÇA, J S, 2013, p.04)

Fig. 01: O valor do Morar mostra a realidade do morador Três Lagoense. Fonte: Bocato, L A M, 2013



Fig. 02: Moradores em situação de risco se tornaram mais frequente com o avanço da Especulação do Setor Imobiliário. Fonte: Bocato, L A M,



Assim moradores foram forçados a migrarem em diversos bairros do município em busca de melhores taxas e custos de moradias, famílias em condições totalmente precárias (conforme Figura 02), onde a renda da família era em média um salário mínimo e meio, porem, o valor do aluguel pago pela família é 700 reais, estas famílias.

A OCUPAÇÃO

Os moradores não tendo mais alternativas, no dia 20 de agosto de 2008, 500 famílias ocupam áreas da União em diversos pontos do município (ver figura 03 e 04), com o intuito de pressionar o poder publico a frear a inflação nos valores imobiliários e ampliar o atendimento nos serviços públicos, que no período de amplo crescimento populacional não houve tal fato, exemplo disto é neste período nenhum hospital publico foi construído.

Temos a frente um *duplo processo* ou, se preferir, um, processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois “aspectos” deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e, no entanto o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre realidade urbana e realidade indústria. Quanto a complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais que a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim estabelecimentos diversos, centros, bancários e financeiros, técnicos e políticos. (LEFEBVRE, 1991, p.09)

Segundo Marx (2008) a burguesia suprime a população, as aglomerou ao mesmo tempo em que concentrou a propriedade em poucas mãos, fato este marcou as relações sociais no município, pois, as populações menos favorecidas foram forçadas a mudarem para outros bairros, e estas pessoas sem condições para continuarem estas migrações juntaram também ao movimento.

Sua maior ocorrência nos últimos anos decorre do que os espaços das favelas encontram-se praticamente ocupados; e também é consequência de uma maior organização dos moradores das cidades. Mobilização esta que correspondem aos movimentos reivindicativos urbanos. (RODRIGUES, 1990, p.42)



Fig. 04: Área que foi ocupada pelo UTMP em 2008, atualmente ociosa. Fonte: Bocato, L A M, 2013.



Fig. 03: As regiões ocupadas pelo movimento, áreas pertencentes à União. Fonte: Google.

Este movimento surgiu como fruto do desenvolvimento desigual do município este amplamente distorcido pelas lentes e editoriais da mídia que está a serviço do capital: “Com o desenvolvimento da indústria, contudo, o proletariado não só se expande, mas se concentra em grandes massas; sua força aumenta e ele a reconhece cada vez mais.” (MARX, 2008, p.22).

Ao mesmo tempo em que o “desenvolvimento” econômico (este amplamente divulgado pela mídia capitalista) era excludente para a população periférica, o poder político também excluía a população nas tomadas de decisões, sendo que por vezes realizavam audiências públicas para implantação das indústrias em locais distante do perímetro urbano.

Esta ação coíbe a população de escolher ou mesmo ditar as regras destes investimentos e “por outro lado, como o próprio espaço urbano se torna campo de investimento do capital, a pressão da classe capitalista sobre a ação do Estado se dará no sentido de este beneficiar a maximização da rentabilidade e retorno de investimento.” (ROLNIK, 1994 p.54).

A ocupação servira para que o poder público se atentasse as mazelas sociais e dentre elas está a precarização da periferia em favor dos loteamentos ou condomínios privados, pois, este setor da economia era beneficiário direto de investimentos em infraestrutura urbana, deixando algumas regiões à espera de tais benfeitorias (ver figura 05 e 06).

Os movimentos sociais de luta por moradia também se caracterizam como um agente produtor/modelador do espaço urbano, pois, suas ações pressionam o governo através de ocupações e manifestações públicas pelo aumento do número de casas populares e melhores condições sociais de vida. Cobram atitudes governamentais para frear o avanço da especulação imobiliária no município, e a aplicação das leis previstas no Estatuto da Cidade, aprovado em 2001. O governo federal criou em 2003 o ministério das cidades, uma ferramenta dos movimentos populares para que a terra fosse utilizada para o interesse social e também que os municípios com população acima de 20 mil habitantes elaborassem seus Planos Diretores, no prazo máximo de cinco anos. (BOCATO, L A M, 2013, p.09).



Fig. 05: Bairro periférico carente de infraestrutura urbana. Fonte: BOCATO, L A M, 2012.



Fig. 06: Condomínio periférico, porem com toda infraestrutura básica disponível. Fonte: BOCATO, L A M, 2012

A MÍDIA UMA FONTE DE DIVULGAÇÃO E OPRESSÃO

A mídia teve um papel importante na existência da ocupação, pois, ao divulgarem a matéria sobre as ações de mobilização da população, atraiu inúmeras pessoas para a área, outrora servira aos interesses do poder público, divulgando notas de repúdio por parte da administração pública para intimidar os participantes, titulando os de “invasores” quando na verdade exigiam o exercício da função social da terra (ver figura 07).

Estas ações a serviço do capital por parte da mídia fez a população questionar os ocupantes, e foram tachados de “espertinhos” por lutarem pela distribuição de terra subsidiada pelo Estado, o que fez também os ocupantes sofrerem humilhação e preconceitos.

A opressão mesmo quem sofrera foram às crianças, afinal, verem seus pais ocupando barracos e dormindo nas casas de familiares próximos, e ao verem seus pais, organizando uma ocupação, e vivenciando nas escolas aquilo que por vezes a mídia propagou contra seus pais, que por ingenuidade retrataram aos colegas da participação de seus pais nesta ocupação e estes zombavam desta situação.

A ocupação justamente em período eleitoral foi mais uma das razões para a imprensa menosprezar aquela luta, afinal, segundo algumas emissoras de rádio veicularam aquilo não se passava de uma manobra política para atingir determinado grupo, o que fora negado por inúmeras pessoas dentro da ocupação.

O poder da mídia não conseguiu de maneira efetiva desestabilizar a ocupação, fato este que apenas as áreas foram desocupadas por determinação da Justiça Federal, fato este noticiado amplamente pela mídia local, inclusive criando notícias contidas com fatos inverídicos, onde noticiaram que lideranças foram presas, com o intuito de enfraquecer o movimento após a desocupação.



Fig. 07: A indução da mídia, em destaque já no título da reportagem. Fonte: Site PERFILNEWS. Acesso em: 13 de maio de 2012.

A DESOCUPAÇÃO: O FIM DO SONHO?

Na manhã do dia 9 de setembro de 2008, com os mandados de reintegração de posse em mãos a Polícia Federal, amparada por inúmeros veículos cedidos pela prefeitura municipal, se dirigiram as áreas ocupadas e começaram a retirada das famílias e destruição dos barracos (Ver figura 08).

Amparada por armas de grosso calibre e toda truculência de uma ocupação, utilizo o termo para demonstrar, que por vezes não é preciso apertar um gatilho para violentar um ser humano, basta colocar na primeira pagina de jornal a foto dando destaque à arma durante uma desocupação que ocorrera de maneira pacifica (ver figura 09).

O destaque se deu nos textos jornalísticos, dando ênfase nas punições que os moradores que dificultassem o processo de retirada das famílias, sendo pertinente destacar novamente o papel da mídia na intimidação do movimento e do restante da população.

“Segundo informações da Polícia Federal, se algum sem teto permanecer nos locais invadidos, podem ser indiciados e responder judicialmente por formação de quadrilha, desobediência, esbulho possessório, resistência e crime de invasão de terra publica.” (Site PERFILNEWS. 2008. Acesso em: 13 de maio de 2013).

Após a desocupação que para muitos seria o fim das mobilizações por parte deste movimento, ganhou força e adeptos a luta por moradia, e estes começaram uma melhor organização para o movimento, e assim fizeram o cadastro de todas as famílias participantes da ocupação e outras que se interessavam na luta foram cadastradas mesmo estas não terem participado da ocupação.



Fig. 08: Arma de grosso calibre, para intimidar os ocupantes. Fonte: Arquivo UTMP, 2008



Fig. 09: A truculência contra os ocupantes. Fonte: Arquivo UTMP, 2008.

PÓS-OCUPAÇÃO: PRESSÃO POPULAR COMO FORMA DE CONQUISTA DA MORADIA.

Após a reintegração de posse foi constituída uma coordenação para organização de pautas de reivindicações e estas foram apresentadas para o poder publico, e buscou negociação sobre uma área destinada à construção de moradias populares, financiadas pela Caixa dentro do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. (PMCMV).

Por estar em período eleitoral e por isto, o poder publico estava privado de oferecer qualquer ajuda as famílias, devido possibilidade de ser penalizado pela justiça eleitoral, por isto todo tipo de negociação mais concreta foi deixada após o pleito do referido ano.

As pressões não cessaram após estas ações, e o movimento passou a cobrar da prefeitura municipal as seguintes obras ou ações (ver figura10):

1. Ampliação dos projetos de habitação popular e criação de mecanismos para frear a especulação imobiliária;
2. Cadastramento e recadastramento de todas as famílias, junto ao Departamento municipal de habitação;
3. Criação da Creche Noturna, para atender principalmente as mães que trabalham neste período;
4. Apoio municipal para a implantação de 146 moradias, presentes no projeto de Loteamento popular Jardim da Primavera;

Foi importante também a participação dentro das conferencias Municipais que discutiram a reforma urbana, onde participaram de forma maciça nos debates municipais, estaduais e federais.



Fig. 10: Coordenadores da UTMP cobram Poder Publico melhorias as famílias de risco. Fonte: Arquivo UTMP, 2013

A CONQUISTA DA ÁREA PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

Após a desocupação e a negociação com a prefeitura, esta se propôs a providenciar a área, contudo a área proposta faz jus ao que RODRIGUES (1990) indica que aos moradores dos loteamentos (baixa renda) são alocados nas regiões periféricas fazendo assim surgir novos campos de lutas por melhorias urbanas (ver figura 11).

A tal área proposta não possui nenhuma infraestrutura básica para surgir loteamento, haja vista que o próprio plano diretor da cidade exige infraestruturas urbanas básicas para os novos loteamentos, seja da iniciativa privada ou pública, colocando assim mais um empecilho para a implantação do projeto.

Esta situação rendeu ao movimento um atraso de três anos, esta demora se deu a busca incessante por recursos para os projetos de infraestruturas para o loteamento, recursos estes da esfera municipal e estadual, com isto lhes restavam ainda à legalização da área por parte da prefeitura municipal, no qual necessitava o parecer de aprovação da câmara de vereadores.

As necessidades destas obras além de ser exigida no plano diretor a Caixa Econômica Federal também cobra estes projetos e a origem dos recursos para tais obras, o que beneficia a qualidade do empreendimento financiado por ela e burocratiza ainda mais o processo para o pobre trabalhador, tais obras são:

- Pavimentação
- Drenagem e Esgoto
- Energia;
- Serviços Públicos (escola, creche, posto de saúde);



Fig. 11: A área doada pelo município está totalmente segregada espacialmente e não oferece infraestruturas para iniciar o loteamento, e a distância com a região central da cidade também é considerável. Fonte: Google Earth, adaptado para publicação por: Bocato, L A M, 2013

A LEGALIZAÇÃO DA ÁREA: UMA VITÓRIA SOBRE A BUROCRACIA DO CAPITAL

No discurso político a área já pertence à UTMP, porém, precisava transformar as palavras em documento, e este passara a por aprovação da câmara municipal de vereadores para aprovação, toda documentação preparada o prazo para sacramentar a conquista e assim transformar todas as propostas do poder público em infraestruturas em realidade era necessária esta peregrinação urbana.

Peregrinação em diversos órgãos públicos em busca de apoio para elaboração deste projeto de lei e envio dentro do prazo para aprovação pelos nobres edis, afinal mais uma vez assombrava o período eleitoral de 2012 e estávamos em meados do mês de março do pleito que se aproximava.

O projeto de lei elaborado e com “apoio” do poder público municipal, foi enviado à câmara para votação, e na noite de 26 de junho de 2012 foi levado a plenário para votação pelos vereadores, com um único contratempo a falta de coro por parte dos vereadores. (Ver figuras 12 e 13).

Como um projeto de interesse popular e respaldado pela administração municipal ameaçado por falta de coro, e estes faltosos pertenciam à base aliada? A resposta ainda permanece um mistério, mas servira para demonstrar o interesse do legislativo em defesa do coletivo, mas, o projeto (conforme texto em anexo) foi aprovado, pois, o coro foi alcançado com a presença em atraso de um edil, e a doação da área ficou instituída no art. 2º da Lei Nº 2.603 de 21 de junho de 2012.

Art. 2º. O Loteamento “Jardim das Primaveras” será instituído no imóvel urbano de matrícula nº 54.060 do Cartório de Registro de Imóveis, constituído pelo “Lote de terreno n. 98B (noventa e oito B) – Área Institucional I” situado no Loteamento denominado “Chácara Imperial”, com área de 77.085,88 m (setenta e sete mil e oitenta metros e oitenta e oito centímetros, quadrados), nesta cidade e comarca de Três Lagoas/MS [...]. (CMTLS, 2012 p.107)



Fig. 12: A pressão popular se fez presente na plenária que votou a doação da área para UTMP. Fonte: Arquivo UTMP, 2012



Fig. 13: reunião do movimento após a conquista da área, em visita a mesma; Fonte: arquivo UTMP, 2012.

A LUTA CONTINUA: PRÉ-OBRAS E MUTIRÃO

Seguida a aprovação dos projetos estruturais necessários ao prosseguimento do loteamento, são necessárias ainda algumas questões técnicas para a construção das moradias populares, ressaltando que o regime de construção destas moradias é o Mutirão, é pertinente também a construção do PTTS (PROJETO DE TRABALHO TECNICO SOCIAL) este é de fundamental importância, pois, esta prevista as ações dos moradores desde a fase de pré-obras até pós-obras, e a aprovação do regime de Mutirão.

As próximas fases de implantação do loteamento foram apresentadas aos moradores (ver figura 14), e estão pautados nas seguintes atividades a serem realizadas antes do início das obras, durante o período das obras e depois as obras:

PTTS – Atividades Pré-obras: Assembléia- Informações sobre o Programa MCMV, condições contratuais, direitos e deveres, apresentação do sistema construtivo, Critérios de Seleção; Assembléia- Formação da CAO (Comissão de Acompanhamento da Obra) e da CRE (Comissão de Representantes do Empreendimento), Regimento de Mutirão, PTTS.

PTTS – Atividades durante as obras: Palestra Educação Patrimonial Palestra de Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar;

PTTS – Atividades Pós Ocupação: Consolidação dos processos implantados nas etapas anteriores; Encerramento das atividades da CAO (Comissão de Acompanhamento da Obra) e CRE (Comissão de Representantes do Empreendimento); Avaliação – satisfação dos beneficiários com relação à moradia, infraestrutura e inserção Urbana. (TERUYA, 2013 p.12-16).

Após todos estes processos os moradores beneficiados pelas 146 moradias poderão usufruir deste objeto que se tornou uma luta histórica de resistência por parte dos moradores de Três Lagoas – MS, pois, tiveram que enfrentar o interesse dos setores mais perversos da sociedade capitalista na “Capital Mundial da Celulose.”



Fig. 14: A pressão popular se fez presente na plenária aprovou o regimento do mutirão para construção, UTMP. Fonte: Bocato, L A M, 2013.

PARA NÃO CONCLUIR...

O processo de expansão industrial existente no município fez crescer as mazelas sócias e com isto os moradores menos preparados para o início das especulações imobiliárias, se reuniram e ocuparam regiões vazias pertencentes à extinta RFFSA.

Durante a ocupação a mídia serviu ambos os lados, mas o ênfase de suas notícias foram para segregar socialmente aqueles moradores, e assim defender o interesse do Estado.

O Estado está atrelado ao capital assim sendo, ele possui as ferramentas de controle e opressão para as camadas sociais que buscam nestes movimentos uma maneira para pressionar o poder público aquilo que lhe é privado conforme o capitalismo avança.

Os movimentos sociais são por vezes travados pelas burocracias dos processos de aquisição de moradias, assim, é enfraquecida pela demora nas implantações dos projetos, que em conjunto com a falta de vontade política amplia o tempo de espera o que resulta na dispersão destes movimentos.

A pressão popular é em momentos pseudo-desenvolvimento econômico, mostrar a perversidade deste desenvolvimento, e escancarar a exclusão social provocada pelo crescimento urbano desorganizado, como o que está acontecendo em Três Lagoas-MS.

É preciso sim gerar barreiras, mas estas devem atingir o setor empresarial imobiliário, impedindo que as grandes imobiliárias inflacionem os valores do “morar” para satisfazerem suas metas de lucro, a implantação do IPTU progressivo seria uma aplicação pertinente ao caso, ou até mesmo criar um mecanismo justo de taxar os lucros das grandes transações imobiliárias.

Outra solução é exigir que as indústrias implantadas no município com isenção de impostos construam casas populares para as famílias de baixa renda existentes no cadastro municipal de habitação, assim diminuiria o tempo de espera por moradias.

Enfim os movimentos sociais quanto organizados influenciam a sociedade a questionar o poder público sobre tais, ausências de atendimento a população, estes buscam soluções para as famílias em risco devido seu poder de pressionar o ESTADO, vencendo por vezes as barreiras burocráticas impostas pelo capital ao pobre indivíduo trabalhador, empecilhos estes que só são derrubados quando identificado seu agente criador, que no caso das moradias são as grandes empresas imobiliárias.

A marginalização do movimento social começa quando o indivíduo deixa de reconhecê-lo como ator dentro deste contexto, assim ele se rejeita e aceita os noticiários

mascarados pelos veículos de mídia e informação, veículos estes controlados pelas grandes empresas nacionais e multinacionais.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

- BOCATO, L. A. M. et al *A Especulação imobiliária em Três Lagoas - MS e a “nova” proposta das habitações populares*. Anais... XXI Encontro Sul-Mato-Grossense de Geógrafos - ENSUL e V Encontro Regional de Geografia, 2013, Dourados-MS. ANAIS... 2013.
- MARICATO, Erminia. É A QUESTÃO URBANA ESTUPIDO! In: MARICATO, Erminia et al. *CIDADES REBELDES: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. Cap. 03, p. 22-30.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- RODRIGUES, Arlete Moysés *Moradia nas Cidades Brasileiras* 3ªed. São Paulo: Editora Contexto, 1990.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade?* São Paulo: Brasiliense, 2004. – (coleção primeiros passos).
- SANTOS, T. R.; et al.. *O processo de fragmentação sócioespacial e a condominização do território três-lagoense*. In: II Simpósio de Estudos Urbanos: A dinâmica das cidades e a produção do espaço, 2013, Campo Mourão. Anais II SEURB, 2013.
- TERUYA, Leiner. JARDIM DAS PRIMAVERAS. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <LUCAS BOCATO>. em: 23 set. 2013.
- TRES LAGOAS, Câmara Municipal de. *Relatório de leis 2012: 2011/2012*. Disponível em: <<http://www.cmtls.com.br>>. Acesso em: 29 set. 2013.